Vereadora pede informações sobre Plano Municipal da Primeira Infância proposto no ano passado

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Na sessão ordinária dessa segunda-feira (16), da Câmara Municipal de Pato Branco, a vereadora Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) solicitou à Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Requerimento nº 411, de 2022, que disponibilize informações sobre a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, proposto em Audiência Pública ocorrida em 29 de abril do ano passado.

Segundo a vereadora, a audiência teve como objetivo central a criação de estratégias para a saúde, educação e assistência, através de intersetorialidade que envolverá diferentes setores da administração municipal, além de autoridades e representantes da sociedade civil sensíveis ao tema.

No documento, a vereadora destaca que "o Plano Municipal pela Primeira Infância visa o atendimento aos direitos das crianças na primeira infância [até os seis anos de idade] no âmbito do município, cuja elaboração é recomendada pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016). É também um instrumento político e técnico, a ser construído em um processo democrático e participativo, entre órgãos públicos da administração municipal, poder legislativo, judiciário e sociedade civil, e que contemple a escuta e participação das crianças. Para isso, traçando diretrizes gerais na defesa, promoção e realização dos direitos das crianças de até seis anos de idade, com marco final em 2022, priorizando todos os direitos da criança, o respeito à criança como sujeito e indivíduo, a integralidade, o respeito às diversidades étnicas, culturais e geográficas, a inclusão e a integração das visões científicas e humanistas".

Política específica

Ainda na audiência pública do ano passado, a Secretaria Municipal de Assistência Social lançou o marco zero pela criação do Plano Municipal pela Primeira Infância, afirmando que era "a primeira vez na história do município que uma política específica para isso era debatida". A proposta, segundo informações, era do prefeito Robson Cantu (PSD).

Naquela oportunidade, a responsável pela criação do projeto, Sarah Cristina Kusma da Luz, disse que na primeira etapa seria organizado um comitê para traçar um raio-X sobre as políticas públicas voltadas às crianças entre zero e seis anos de idade. Também, que o comitê seria formado por autoridades e representantes da sociedade civil, responsáveis por elaborar o documento com estratégias para a saúde, educação e assistência.

Centro de Atenção Psicossocial Infantil

Também na sessão dessa segunda-feira (16), os vereadores aprovaram, em primeira votação, o Crédito Especial de R$ 1.352.142,00, para implantação e manutenção do Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSi, através do Projeto de Lei nº 24, de 2022, de autoria do Executivo Municipal.

ASSESSORIA/CMPB



A vereadora Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) solicitou as informações

Segundo o documento, o CAPSi terá "atendimento voltado a crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, bem como para oferta de serviços como consulta psiquiatra, atendimento psicológico, fonoaudiologia, atendimento com enfermeiros, oficinas terapêuticas, entre outros".

Ainda, a referida inclusão no orçamento do Município é oriunda de determinação judicial, em atendimento à solicitação do Ministério Público do Estado do Paraná, onde o Município foi intimado para providenciar "(...) novo projeto de lei que visa a inclusão de orçamento específico para implantação do CAPSi em Pato Branco/PR na LOA do exercício de 2022 (...)".

Frente Parlamentar pede acesso a dados do novo pedágio do Paraná

Alep

A Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) apresentou, nessa segunda-feira (16), um requerimento que será enviado ao ministro Walton Alencar Rodrigues, do TCU (Tribunal de Contas da União), onde solicita acesso às planilhas financeiras e aos projetos básicos das obras dos seis lotes do novo programa de concessão de rodovias do Paraná.

O documento afirma que até o momento dados imprescindíveis para a análise econômica e financeira foram omitidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Frente sustenta que a planilha financeira disponibilizada em consulta pública, e depois entregue ao TCU, contém números esparsos, que não demonstram a composição dos custos para elaboração de orçamento de cada lote.

No ofício dirigido ao TCU, os deputados explicam que o acesso às informações é um dos encaminhamentos da 20ª audiência pública promovida pela Frente Parlamentar sobre o Pedágio, quando houve a apresentação do segundo Relatório Técnico do Instituto de Transporte e Tecnologia da Infraestrutura, da Universidade Federal do Paraná (ITTI/UFPR).

Legislativo propõe audiência pública com diplomata e famílias ucranianas

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Através do Requerimento nº 415, de 2022, o presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Claudemir Zanco (PV), e o vereador Januário Koslinski (PSDB) propuseram na sessão ordinária de segunda-feira (16), o agendamento de uma audiência pública aberta a comunidade pato-branquense e sudoestina, sobre as experiências vivenciadas na Guerra da Rússia contra a Ucrânia.

A proposta é que a audiência ocorra no dia 11 de junho (sábado), às 9h30, no plenário da Casa de Leis, e conte com a presença do diplomata ucraniano, ex-embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostyslav Tronenko, e da sua esposa, Fabiana Tronenko, além das famílias ucranianas que estão sendo recebidas em Pato Branco.

De acordo com os vereadores, a solicitação para uma audiência pública tem por objetivo "atender a Comunidade Ucraniana de Pato Branco, neste ato representada pela promotora de Justiça, Ivana Ostapiv Rigailo. Para o ato, solicitamos ainda a expedição de convite às autoridades municipais, entidades sociais, educacionais, clubes de serviço, associações, ONGs, e a comunidade em geral, além da imprensa local".

ASSESSORIA/CMPB



A proposta é que a audiência pública ocorra no dia 11 de junho, às 9h30, no plenário da Casa de Leis

Descendente de família ucraniana, a promotora Ivana é uma das defensoras e divulgadoras da cultura e costumes da Ucrânia, em Pato Branco. Pela tradição familiar, por exemplo, todos os anos, na época de Páscoa, cultiva e divulga a arte de pintar pêssankas, que são ovos pintados e escritos delicadamente a mão, que é uma forma de manter viva a cultura de seus ancestrais.



